

A CRECHE COMUNITÁRIA "CASINHA DA VOVÓ": Prática de Manutenção/Prática de Educação

Lívia Maria Fraga Vieira

Da Faculdade de Educação da Universidade Federal
de Minas Gerais

Regina Lúcia Couto de Melo

Da Faculdade de Educação da Universidade Federal
de Minas Gerais

"Pensar em ter uma creche no bairro até que é fácil. O difícil é sair da idéia e colocar o que se pensou para funcionar. As dificuldades são tantas que qualquer pessoa acha melhor desistir. Mas, quando é um grupo de pessoas, a idéia fica mais difícil de morrer, já que uns ajudam aos outros."

*("Casinha da Vovó: uma creche construída com muita luta". *Jornal dos Bairros*, nº 75, 25.08 a 07.09.79, p. 3).*

Este trabalho é resultado de uma pesquisa, realizada entre março de 1983 e maio de 1984, intitulada "Prática Educativa na Creche Comunitária: uma análise micropolítica", cujo relatório final foi apresentado ao INEP, em julho de 1985.

INTRODUÇÃO

A creche comunitária é uma forma de organização para a guarda e o cuidado da criança pequena que surge, no final dos anos 70, em diferentes bairros da região industrial de Belo Horizonte (Minas Gerais) e municípios adjacentes, como fruto da luta e da solidariedade de grupos de mulheres af residentes. Da formulação dos estatutos, do aluguel de um imóvel ao pleno funcionamento das creches contava-se apenas com os recursos da comunidade: trabalho voluntário, contribuições das famílias usuárias, doações, promoções de bazares, festinhas, rifas etc. Assim, ao dar início ao processo de reivindicação de recursos junto aos órgãos públicos, aqueles grupos já possuíam um projeto para a creche elaborado coletivamente e, na maioria dos casos, já em execução.

A criação das primeiras creches comunitárias se deu num contexto de emergência de movimentos sindicais e populares pela melhoria das condições de trabalho, transporte, infraestrutura urbana e contra a carestia. As mulheres que iniciaram a implantação dessas creches, em geral, possuíam uma experiência de participação política em associações de bairro e nos grupos de reflexão das comunidades eclesiais de base.

Uma articulação dessas creches começa a ocorrer já no final de 1979, dando origem ao Movimento de Luta por Creches em Belo Horizonte. Se, no início, essa articulação visava a troca de informações e experiências para a captação de recursos do governo, aos poucos ela se politiza e passa a adotar estratégias de pressão e a manifestar reivindicações, conseguindo, em 1984, uma vitória expressiva junto à Prefeitura de Belo Horizonte: a liberação de recursos financeiros destinados especificamente ao pagamento de pessoal.

A memória histórica dessas lutas adquire relevância política se considerarmos, de um lado, que a ação governamental na área de creches não está garantida por nenhum dispositivo constitucional e, de outro, que os agentes desse movimento não se restringem a organizar reivindicações e tomam a iniciativa de criar e manter equipamentos educativos para a criança de zero a seis anos.

O presente relato descreve e analisa a experiência da *Casinha da Vovó*, primeira creche comunitária da Região Metropolitana de Belo Horizonte. É o resultado de uma pesquisa realizada durante um ano (1983/1984), que tomou como referência duas questões básicas: como os programas governamentais são recebidos e interpretados pela população beneficiada? como a relação com a criança e a sua educação se processam num contexto em que a questão financeira assume lugar de destaque, tanto no interior da creche comunitária como no Movimento de Luta por Creches?

Partindo do cotidiano da creche comunitária *Casinha da Vovó*, das problemáticas vivenciadas na sua criação e manutenção, buscamos compreender os determinantes e o significado dessa experiência, convidando o pesquisado (as crecheiras) para um trabalho de reflexão conjunta.

O grupo pesquisador foi composto por duas pesquisadoras e três crecheiras que assumiam a gestão da creche, sendo que duas crecheiras possuíam 1º grau

completo e a outra o 1º grau incompleto, com domínio apenas da leitura.

Os pressupostos básicos que orientaram a estruturação e o desenvolvimento da pesquisa foram:

- a interação entre pesquisador e pesquisado num processo dinâmico e abrangente de ação/reflexão é que possibilita a constituição das problemáticas a serem pesquisadas;
- o processo de pesquisa deve contribuir para a mudança da realidade, como tarefa coletiva referenciada historicamente e resultante da interação pesquisador/pesquisado;
- o aspecto educativo na creche não pode desvincular-se da luta pela sobrevivência da instituição, a qual passa pela relação com o poder público e os usuários da creche.

A adoção de uma postura metodológica que possibilitasse a apreensão da realidade pesquisada por parte de pessoas que pertenciam a classes sociais distintas e que ocupavam funções diferenciadas no contexto pesquisado se constituiu num desafio constante à nossa capacidade criativa e, portanto, experiência educativa de alto valor.

A pesquisa, embora aceita pelo grupo de crecheiras como experiência necessária para a apreensão da realidade vivida, encontrou obstáculos na própria dinâmica de funcionamento da creche. Apesar das dificuldades, a pesquisa contribuiu para a melhoria da relação crecheira/criança e do funcionamento geral dos serviços.

O esforço conjunto de reflexão sobre a prática, ao implicar diretamente seus agentes, serviu como catalizador de processos de mudança presentes na instituição.

O pagamento das crecheiras, como auxiliares da pesquisa, foi uma condição importante para possibilitar a reflexão e a análise. Implicar o pesquisado no processo da pesquisa, desejar sua participação efetiva, exigia que a pesquisa incluísse essa participação nos seus custos. Não se podia garantir compromisso sem valorizá-lo. A rotina da creche, muito cansativa, seria motivo constante para adiar as atividades da pesquisa, as quais representavam mais um trabalho assumido pelas crecheiras.

Um dos momentos privilegiados para a expressão e emergência da experiência dos pesquisados foram as reuniões semanais do grupo pesquisador. Estas, mantidas ao longo do período da pesquisa, faziam convergir toda a problemática vivida pelas crecheiras no dia a dia da creche e no próprio processo da pesquisa. Outro momento significativo do processo, foi o trabalho de intervenção junto ao grupo de crianças, que explicitou normas do funcionamento da creche e da relação crecheira/criança, na medida em que interferiu na rotina dessa instituição.

A fala da crecheira, a fala da criança e da sua família, expressas através das reuniões semanais, de rodas de conversa e brincadeiras dirigidas com as crianças (durante o trabalho de intervenção), de entrevistas, somadas às observações (realizadas pelo pesquisador) do cotidiano da creche — as brincadeiras infantis, o fazer das crecheiras, a disposição do espaço e dos móveis, os sons, ou seja, a creche no seu acontecer — foram instrumentos necessários, no processo da pesquisa, para uma aproximação da realidade da creche. Desta, não tínhamos mais que uma

visão fragmentada, o que compartilhávamos com o pesquisado.

Sem pretender uma leitura totalizante e conclusiva dessa realidade, apresentamos os resultados desse processo, procurando relevar as relações que permeiam e constituem a prática educativa na creche comunitária.

HISTÓRIA DA CRECHE CASINHA DA VOVÓ

A creche *Casinha da Vovó* funcionou, até 1984, no prédio do Conselho Comunitário Assis Chateaubriand, situado no "coração" do bairro Vale do Jatobá. Dividia parte de suas instalações com o pré-escolar do MOBRAL.

O bairro está situado na zona leste, periferia de Belo Horizonte e teve sua origem, em 1968, a partir da construção de um conjunto habitacional da Companhia da Habitação do Estado de Minas Gerais — COHAB/MG, composto por 1.330 unidades.

A população do bairro, em 1982, era de 13 mil habitantes, que somada à população das vilas e favelas circunvizinhas atingia, em 1985, um total de aproximadamente 30 mil habitantes.

Essas vilas e favelas surgiram a partir das enchentes ocorridas nos últimos anos, que forçaram os desabrigados das margens do Arrudas e outros córregos a ocuparem as áreas antes desabitadas. Esta população é constituída de biscateiros, serventes de pedreiros, empregadas domésticas, desempregados. Nestas vilas predomina a auto-construção, não havendo água encanada e esgoto. A luz elétrica, quando existe, é instalada através de ligações clandestinas.

No núcleo do bairro, sua parte mais antiga, a situação é diferente. Aí a renda familiar média, em 1984, era de 3,5 salários mínimos. Os homens se empregam predominantemente em atividades industriais e as mulheres no comércio e na prestação de serviços.

Com relação à oferta de ensino, existem apenas escolas de 1º grau, duas públicas e uma particular mantida pelo SESI, que atendem 4.400 alunos. Além disso, existem três pré-escolas: duas particulares, sendo uma vinculada também ao SESI e uma implantada pelo MOBRAL em convênio com o Conselho Comunitário.

O bairro conta com vários grupos organizados: grupos de jovens, dois clubes de futebol, Associação de Alcoólatras Anônimos, Vicentinos, Conselho Paroquial, Conselho Comunitário e Associação Feminina Vale do Jatobá.

As principais lutas travadas pela melhoria das condições de vida no bairro foram alargamento de ruas, campanha de limpeza pública, transporte coletivo, plano de parcelamento da dívida com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais — COPASA, ampliação do 1º grau e criação do 2º grau. A criação da creche *Casinha da Vovó*, insere-se nesse movimento de luta.

Do sonho à realidade: o processo de criação da creche

Em maio de 1978, um grupo de senhoras do Vale do Jatobá, que participava das atividades assistenciais da paróquia, iniciou uma pesquisa sobre as necessidades do

bairro, sob a coordenação de um estagiário do Centro Integrado de Atendimento ao Menor/FEBEM local. Este grupo, que já se mobilizava em torno dos problemas sanitários do bairro, fazia constantes visitas às favelas e vilas vizinhas e efetuava campanhas de arrecadação de alimentos e roupas usadas a serem distribuídos entre a população mais carente. Nessas visitas, o grupo constatava freqüentemente o abandono de crianças pequenas durante a ausência da mãe para o trabalho.

A pesquisa sobre os problemas da comunidade foi realizada da seguinte forma, segundo o depoimento de uma crecheira: "Ao invés de passarmos de porta em porta perguntando o que as pessoas queriam para a comunidade, fazíamos reuniões nas casas. A dona da casa convidava os vizinhos."

Em todas essas reuniões, a questão mais levantada era de que havia muitas crianças que permaneciam o dia todo sozinhas enquanto as mães iam para o trabalho. Também havia muitas mães que não trabalhavam, apesar da necessidade, porque não tinham onde deixar os filhos pequenos. A conclusão de que era preciso uma creche no bairro foi resultado de uma reunião geral convocada amplamente nas missas da paróquia.

A mobilização para a criação da creche foi, portanto, desse grupo de mulheres, que tendo vivido problemas semelhantes, se solidarizou com as mães trabalhadoras e foi à luta. Entrevistada pelo Jornal dos Bairros, em setembro de 1979, uma das fundadoras, revelando ser a creche um sonho antigo, declarou: "Eu pensei em formar uma creche porque quando meus meninos eram pequenos, eles eram obrigados a ficar na rua ou trancados em casa para eu poder ir trabalhar. Achei então que uma creche ajudaria bastante na educação das crianças, dando tranquilidade às mães para elas poderem trabalhar."

A iniciativa de criação de uma creche não foi consensual no bairro. Alguns alegavam que isso deveria ser responsabilidade do governo, outros achavam que a creche iria incentivar a mãe solteira a ter mais filhos. Apesar da existência de posições contrárias e do desconhecimento sobre creche por parte do grupo de mulheres — "a gente nem tinha na cabeça o que era uma creche" — o desafio estava colocado. A primeira iniciativa foi então procurar conhecer algumas creches para colher experiências.

As creches visitadas eram filantrópicas e segundo a opinião de uma das crecheiras, "eram creches muito ricas". Mas acrescentou: "resolvemos fazer creche de pobre mesmo, pois era o jeito".

As visitas foram consideradas oportunas porque permitiram conhecer como funcionava uma creche, como era mantida, e o que era mais necessário. Pôde-se assim constatar que "a principal necessidade era uma cozinheira e as babás para tomarem conta das crianças".

Essas visitas foram feitas por indicação do novo vigário da paróquia, Frei Toninho, que passou a apoiar ativamente o trabalho do grupo, e por profissionais ligados à área educacional. Neste processo, o grupo recebeu apoio da Escola Maternal Balão Vermelho, que desenvolvia um trabalho alternativo de educação pré-escolar, e do Balão Vermelho, o grupo recebeu orientações para o trabalho educativo com as crianças, para o cadastramento de clientela, além de brinquedos e material pedagógico.

O grupo passou a realizar reuniões semanais — “cada dia na casa de uma das senhoras para melhorar o entrosamento” —, quando eram formadas comissões para providenciar o necessário: conversar com o advogado; procurar casa para a creche; conversar com as mães mais necessitadas; procurar os órgãos públicos responsáveis pela área de assistência à criança.

Esse trabalho era divulgado nas missas e culminou na convocação de uma reunião para aqueles interessados diretamente nos serviços de uma creche. O objetivo dessa reunião foi realizar um primeiro cadastramento da clientela potencial.

Com as fichas em mãos, “que eram muitas”, o grupo procurou a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor — FEBEM para conhecer o tipo de ajuda que tal órgão podia oferecer na formação de uma creche. Esse primeiro contato com a FEBEM foi assim justificado por uma das integrantes do grupo: “A FEBEM foi procurada por ser um órgão que trabalha com o menor. Resolvemos conversar sobre a nossa iniciativa de montar uma creche para não dar nenhum problema.” Nessa oportunidade, a FEBEM, assumindo posição favorável ao estabelecimento de um convênio, sugeriu que se atendessem a apenas sete crianças, o que na visão do grupo de mulheres significou um certo descrédito com a iniciativa: “não acreditaram muito que a gente desse conta, mas deram incentivo”.

A Legião Brasileira de Assistência — LBA e o Serviço Voluntário de Assistência Social — SERVAS também foram procurados para dar apoio financeiro. A LBA fez uma série de exigências, pois, para dar ajuda financeira, precisava estabelecer um convênio. O convênio devia ser requerido pela creche. Para isto, a creche tinha que estar em funcionamento e ser gerida por uma entidade mantenedora. Esta entidade tinha que estar registrada em cartório e possuir uma documentação que incluía estatuto, ata de fundação etc. “Até esse momento, o grupo não havia pensado numa entidade mantenedora, queria mesmo era criar uma creche”, nos relatou uma das mulheres.

Frente às exigências da LBA para a assinatura do convênio, o grupo fundou a Associação Feminina Vale do Jatobá, ao invés de vincular a creche a uma entidade jurídica já existente no bairro como o Conselho Comunitário. Este, através de seu presidente, desacreditava na capacidade do grupo, apontando que não saberia nem como gastar o dinheiro que receberia do governo.

As dificuldades para providenciar a documentação foram muitas, mesmo com o apoio dado pelo pároco e profissionais que ajudaram na elaboração dos estatutos. A fim de angariar recursos para as despesas, o grupo promoveu um domingo recreativo no grupo escolar. Os documentos, registrados em cartório, foram distribuídos à LBA, FEBEM e SERVAS à espera de alguma ajuda.

A idéia inicial era a de construir um prédio para a creche. Mas logo constatou-se que isto retardaria em muito o início de seu funcionamento. Neste período, foram feitos contatos com a COHAB/MG para pleitear um lote no bairro, o que ficou na promessa. A preocupação em mostrar para a comunidade o trabalho que o grupo vinha desenvolvendo, obrigava a implantação imediata da creche. Acreditava-se, assim, que haveria mais participação e maior facilidade para a reunião de esfor-

ços para a construção de sede própria.

Através de contatos com paróquias de bairros da zona central de Belo Horizonte, conseguiu-se o pagamento total do aluguel, móveis, agasalhos, cobertores. Com a casa alugada e alguns móveis, realizou-se um “chá de berço” com a “participação surpreendente da comunidade”, que contribuiu com copos, vasilhame, filtro, talheres etc.

No dia 11 de março de 1979, a creche foi inaugurada. Equipada através de doações, a creche iniciou o atendimento no dia 18.03.79, recebendo inicialmente 27 crianças. A escolha do nome *Casinha da Vovó* buscava relacionar a creche a um lugar afetuosos para a criança, “normalmente um segundo lar para ela”.

O cuidado das crianças, a preparação da alimentação e a faxina foram assumidos pelas próprias mulheres que compunham a diretoria da Associação Feminina. Com a arrecadação da mensalidade dos pais, do dinheiro advindo do sistema de sócios da Associação e de doações, comprava-se os alimentos, que eram complementados por doações de comerciantes do bairro. Os recursos da FEBEM e LBA só chegaram até a creche após nove meses do início do funcionamento.

Em fins de 79, após a morte súbita do Frei Toninho, foi criada a Associação Comunitária Frei Toninho — ACFT, formada por amigos e colegas do Frei, que pretendiam dar continuidade aos primeiros passos para a construção da creche. Retomaram o contato feito com a COHAB/MG para obter a doação do terreno e passaram a assumir o processo de luta pelo financiamento da obra.

Em 1980, a Associação Feminina obteve, junto à FEBEM, um recurso adicional para pagamento de uma cozinheira e duas babás, sem incluir os encargos sociais. Este recurso foi liberado apenas por um ano. A continuidade do pagamento de pessoal foi garantida pela Associação Frei Toninho, através das contribuições mensais de seus associados, durante o ano de 1981.

Disputando os “espaços ociosos” da comunidade

No final de 1980, com dois anos de funcionamento, a creche foi transferida da casa alugada para se instalar em parte do prédio do Conselho Comunitário, antes cedida ao CIAME da FEBEM. A nova diretoria eleita para o Conselho, em dezembro de 1979, era composta por moradores que apoiavam a Associação Feminina e a iniciativa da creche desde o início de seu funcionamento.

Entretanto, em dezembro de 1981, retomou a direção do Conselho Comunitário o grupo conservador que se opunha ao pessoal da creche. Os interesses dessa nova gestão se voltavam para a organização de um pré-escolar nos moldes propostos pelo MOBREAL, que, em março de 1982, passou a ocupar parte do espaço cedido à creche. Isto aconteceu sem qualquer entendimento prévio com as funcionárias da creche, o que foi vivido como uma “invasão”.

Nessa partilha do espaço comunitário, um grande salão foi dividido ao meio por um biombo de madeira — metade creche, metade MOBREAL — ficando os banheiros com chuveiros do lado MOBREAL. Assim, várias restrições foram impostas à creche. As crianças não po-

diam usar livremente seu pedaço de salão, pois qualquer atividade realizada ali era reclamada pela professora do MOBRAL, que por ser filha do presidente do Conselho, usava desse poder para ameaçar crecheiras e crianças de expulsão.

Em junho de 1981, a sede própria da creche começou a ser construída em terreno doado pela COHAB. A Associação Feminina sofreu modificações com a eleição de nova diretoria.

O contrato de ocupação do prédio do Conselho Comunitário, até que a sede da creche fosse concluída, foi negociado com intermediação de agentes externos ao bairro, membros da Associação Frei Toninho.

Para a construção da creche, as crecheiras abdicaram, a partir de entendimentos com a Associação Frei Toninho, da remuneração que vinham recebendo. Esses recursos deviam ser aplicados no pagamento de mão-de-obra e material para a construção.

A construção da creche foi concluída no final de 1984, que passou a atender a 100 crianças. A partir desse período, as crecheiras começaram a ser remuneradas com recursos repassados pela Prefeitura de Belo Horizonte, que não cobrem encargos sociais.

O processo de criação da *Casinha da Vovó* nos revela que não há "espaço ocioso" na comunidade. Todo "espaço ocioso" é um espaço político e, portanto, é um espaço de disputa, de negociação. O espaço na comunidade é disputado por diferentes grupos organizados na comunidade que pretendem implementar projetos políticos e assistenciais, disputado por órgãos de governo que querem implantar programas sociais "com a participação comunitária", disputado pela criança...

A luta pelo espaço na comunidade, a luta pelos recursos para a sua manutenção, a luta pela conquista de credibilidade junto ao bairro e ao governo, fazem a história da creche *Casinha da Vovó*. História marcada, de um lado, pelo esforço heróico de um grupo de mulheres solidárias com a mãe trabalhadora, e de outro, pela descontinuidade e insuficiência da "ajuda" governamental.

Definindo critérios de admissão na creche

Quando a creche foi criada, atendia-se somente a crianças de dois a seis anos. O motivo de excluírem as "crianças de berço" se devia ao trabalho demandado e às condições que a casa alugada oferecia para abrigá-las. Mas, as pressões foram muitas por parte das mães com filhos até um ano de idade. Dessa forma, em pouco tempo, a creche estava "cheia de nenens", apesar da nítida preferência em admitir crianças maiores, que necessitam de menos cuidados e podem dar ajuda no dia a dia da creche.

Os critérios definidos para a aceitação das crianças eram os seguintes: a mãe devia morar no bairro, trabalhar fora ou estar arrumando emprego, a criança não devia apresentar nenhuma doença grave.

Na prática, esses critérios eram muito flexíveis. Comumente, a criança era encaminhada pelo Posto Médico local para ser reidratada ou nutrida por um período

determinado. Outras vezes, a creche era procurada por pessoas da comunidade compadecidas com a situação de crianças cujas mães se encontravam hospitalizadas. "A vaga é da primeira mãe da fila de espera, independente da idade da criança", nos esclarece uma crecheira, "e a fila está sempre grande".

A determinação da capacidade de atendimento também variava em função do pessoal disponível e das condições para manutenção da creche. Esta determinação era motivo de constante conflito entre as crecheiras como nos revelou uma delas: "A creche está como T. gosta, com muito menino. E ela quer colocar mais menino. Nós fizemos um levantamento esta semana e tem 42 crianças matriculadas e nós somos apenas três para cuidar delas. Os pais não estão pagando e quando nós cobramos eles vêm reclamar e chorar as mágoas. T. acha que quanto mais menino, mais dinheiro entra, mas isto não resolve porque os pais trazem os meninos mas não pagam."

Algumas crianças, mesmo após completarem os seis anos, continuam almoçando e permanecendo na creche parte do dia, a pedido das próprias mães. Elas não têm outra alternativa para o abrigo dos filhos, pois ainda que consigam uma vaga na escola pública, a criança aí permanece apenas por um período de três horas.

Esse conjunto de exceções, que vão se impondo na convivência diária com a pobreza, somado ao déficit de serviços básicos, configura uma tendência da população de canalizar para a creche demandas que esta não pode absorver e nem enfrentar.

O DIA A DIA NA CRECHE

O atendimento médio dessa creche é de 40 crianças, durante dez horas diárias, quando as crianças recebem quatro refeições, cuidados de higiene corporal e atividades de recreação. A creche conta com três funcionárias (crecheiras voluntárias) que cuidam das crianças, uma faxineira e uma cozinheira que recebem uma gratificação (Cr\$ 15.000 em 1983)*. Esses funcionários, sobrecarregados com múltiplas funções, trabalham de oito à dez horas diárias e várias horas nos fins de semana, quando promovem bazares, festas e reuniões com os pais e mães das crianças.

A creche possui uma área externa, onde está o tanque e alguns brinquedos como balanço e trepa-trepa. É nesta área que as crianças tomam o seu banho. O salão que serve de refeitório, sala de atividades e onde estão dispostos alguns berços é contíguo à cozinha. Para este salão converge a maioria das atividades da creche. Além deste, a creche possui um outro salão que é subutilizado, pois é dividido com o pré-escolar do MOBRAL e duas salas pequenas para secretaria, para guardar medica-

* O salário mínimo, a partir de maio de 1983, em São Paulo, era de Cr\$34.776,00 e, a partir de novembro Cr\$57.120,00. O dólar, no câmbio oficial, estava cotado em Cr\$442,75 em 20 de abril e em Cr\$803,00 em 20 de outubro do mesmo ano. (Nota da Editora)

mentos e pesar as crianças. O berçário, o único cômodo do andar superior da creche, ocupa um espaço amplo mais utilizado para o repouso das crianças menores, já que na maior parte do tempo as crianças de berço permanecem no primeiro salão; é também utilizado três tardes por semana para aulas de costura, ministradas por uma pessoa da comunidade.

Embora a área ocupada pela creche seja suficiente para acolher aquele número de crianças, sua inadequação é notória: pouca luminosidade, exiguidade da área para recreação livre, ausência de água corrente e chuveiros nos banheiros, repartição dos cômodos pouco funcional.

A impressão que se tem é que as crianças estão sempre "amontoadas", pois diversas funções e atividades são realizadas em um mesmo cômodo, tal como se abster-se também na casa das crianças. Isto acarreta uma constante "desorganização", impossibilitando a consecução de algumas atividades num clima desejável.

As crecheiras montam um esquema de trabalho baseado na divisão das crianças em três grupos — os maiores, os menores e os "de berço" — para as atividades de alimentação e banho.

Como são muitas as tarefas e o número de crecheiras é reduzido, há que se colocar prioridades: primeiro os menores e depois os maiores. O critério para essa divisão se baseia mais na autonomia da criança do que na idade cronológica. O menor é o que não consegue ainda andar, comer sozinho. É aquele que depende mais da crecheira.

Esquemáticamente, a rotina da creche se divide nos horários de refeição, descanso, banho e recreação. Entre os horários da alimentação ocorrem brincadeiras cuja iniciativa parte predominantemente das próprias crianças. As atividades propostas pelas crecheiras consistem em passeios pela pracinha, desenho, massinha, brinquedos de montar e dança. Essas atividades são assistemáticas, realizadas sem prévio planejamento, estando na dependência do interesse e da disposição da crecheira e do estado de saúde das crianças. Durante essas atividades as crianças não estão divididas em grupo, devido ao número reduzido de crecheiras, de forma que quem coordena a atividade é solicitada freqüentemente pelas crianças de berço e pelas menores. Portanto, a atividade dirigida, na maioria das vezes, significa apenas que uma crecheira se propôs a fazer algo com as crianças, não havendo condições para acompanhá-las e dirigi-las.

As crianças de colo permanecem quase todo o período do dia no berço ou cercadinho, dos quais são retiradas para troca de fraldas, banho e alimentação. É comum as mamadeiras serem oferecidas no próprio berço.

As crianças novatas são logo introduzidas no período integral da creche (7:00h. às 18:00h.), não passando por um processo de adaptação.

No dia a dia as crianças não choram para entrar na creche e nem se mostram ansiosas para sair, embora os atrasos dos responsáveis pelas crianças sejam freqüentes.

O banho é coletivo, as crianças de ambos os sexos vão tirando a roupa no pátio esperando a sua vez de entrarem no tanque. (Na creche não há chuveiro). É o momento da exploração do próprio corpo e do corpo do outro. As curiosidades sexuais das crianças são satisfeitas e encaradas com naturalidade pelas crecheiras.

Na condição em que a creche funciona, não se pode prescindir do trabalho infantil, assumido geralmente pelas meninas maiores que pajeiam, alimentam, vestem e brincam com os menores. Trabalho também assumido pela criança maior no seu ambiente familiar.

Entre as meninas maiores ocorre uma integração entre o trabalho e o brinquedo, sendo difícil para o observador estabelecer o limite entre estas experiências. A proposta de brincar de casinha parte sobretudo das meninas sendo mais freqüente neste grupo. Quando os meninos maiores participam, assumem o papel de pai e os menores de filho. Também são freqüentes neste grupo as brincadeiras de aulinha, médico e cantigas de roda. As brincadeiras propostas pelos meninos geralmente exigem agilidade, incluindo competição e regras pré-estabelecidas. As crianças as denominam de "Senhor Taradinho", "Bicho", "Cavalinho da Chuva" e "Doutor Marimbau", embora se assemelhem à usual brincadeira de pegador.

Existem poucos brinquedos na creche e só são distribuídos quando há uma crecheira perto das crianças. O balanço e o trepa-trepa são muito explorados, propiciando verdadeiras acrobacias, sendo transformados pela imaginação das crianças em objetos os mais variados: caminho, casa, trem, circo etc.

A televisão é ligada apenas antes e depois do almoço, no horário de programas infantis, mas só os maiores conseguem acompanhar a programação, apesar da interferência das crianças menores.

As agressões físicas entre as crianças não são contínuas, havendo uma tendência para resolver entre si os conflitos que surgem.

As crianças comem bem. Raramente deixam algo no prato, repetem quase sempre. Não se força a criança a comer e a escolha do cardápio respeita o gosto delas.

A aprendizagem de hábitos que permitem uma autonomia da criança frente ao adulto acontece mais freqüentemente pela relação dos "maiores" com os "menores", onde os primeiros funcionam como modelo.

O que predomina nas interações adulto/criança é o cuidado do corpo. As crianças são pouco expostas a um código verbal que extrapola o contexto imediato. A ocorrência da interação verbal se dá mais freqüentemente em "momentos de crise", quando as crianças estão nervosas e irritadas. O objetivo da conversa é acalmá-las. A natureza das interações verbais é basicamente disciplinadora. Refere-se àquilo que a criança pode e deve fazer: "não faça"/"não pode"/"assim pode"/"não grite".

O que se observou é que além do cuidado básico tudo o mais que se oferece à criança, aquilo que foge do obrigatório, está referido à disposição pessoal da crecheira. Os limites e atividades dadas às crianças acontecem em função do cansaço advindo do trabalho realizado no dia a dia da crecheira.

"ANTES ISSO DE QUE NADA":

O PODER PÚBLICO NO COTIDIANO DA CRECHE

A creche se mantém através dos convênios com a LBA/Projeto Casulo e FEBEM/Programa de Entidades Convenientes; mensalidade paga pelos pais; doações das próprias crecheiras, pais, instituições filantrópicas e co-

merciantes do bairro; recursos arrecadados em promoções na comunidade e trabalho voluntário das crecheiras. Esses recursos financeiros são escassos e sua entrada parcelada e aleatória impede uma ação administrativa planejada.

A falta de dinheiro para administrar a creche, uma das principais queixas das crecheiras e ponto de pauta constante nas reuniões do Movimento de Luta por Creches, se contrapunha à perplexidade das crecheiras quando argúdas sobre a maneira que a creche era mantida. A esta questão respondiam: *"só um milagre pode explicar como conseguimos manter essa creche"*.

A proposta de fazer um estudo sobre a relação entre receita e despesa veio desmistificar o "milagre" que mantém a creche funcionando. Acreditava-se que a partir deste estudo, a creche pudesse se instrumentalizar para divulgar na comunidade o seu trabalho, demanda esta colocada insistentemente pelas crecheiras durante o processo de discussão na pesquisa. Por outro lado, este estudo poderia contribuir para revelar a real participação do poder público no custeio da creche e formular reivindicações que visassem soluções a curto, médio ou longo prazo, a nível local ou numa escala mais ampla.

As fontes de receita apresentavam alguns problemas: a realização dos bazares e promoções no bairro davam lucro irrisório, frente ao trabalho de organização demandado; o convênio com a LBA — renovado ano a ano desde 79, quando esta instituição firmou o primeiro convênio com a creche — liberava os recursos com atraso de seis a oito meses. O convênio previa o repasse de 50% da verba anual dez dias após a assinatura deste. O total de recursos correspondia ao pagamento de 36 per-capitas, o que já não cobria o total de crianças matriculadas (de 40 a 45). O valor anual do per-capita, em 1983, era de Cr\$ 30.000; o convênio com a FEBEM previa o repasse dos recursos mensalmente, correspondendo ao pagamento de 15 per-capitas (no 1º semestre/83 o valor mensal pelos 15 per-capitas foi de Cr\$ 37.395 e no 2º semestre/83 de Cr\$ 56.085); o pagamento da mensalidade pelos pais, embora com data mensal marcada pela creche, era efetuado também de forma irregular. As condições de trabalho e a situação de emprego dos pais, tais como, ausência de vínculos empregatícios, não garantiam a assiduidade no recebimento dos seus salários que os permitisse honrar em dia com seus compromissos.

Frente a esta situação a entrada de recursos (em dinheiro e/ou gêneros etc.) na creche foi sempre parcelada e imprevista, condicionando um consumo irregular e impedindo qualquer ação planejada relativa ao trabalho administrativo e ao próprio cuidado da criança. A administração da creche se assemelha a um sistema doméstico, realizado na base do "quebra-galhos", cuja contabilidade acaba se transformando num "quebra-cabeças" difícil de ser montado.

Considerando-se todos esses aspectos, pode-se compreender as dificuldades que as crecheiras enfrentam para estabelecer uma relação entre receita e despesa, a fim de objetivamente apontar o que representa cada fonte de recursos na manutenção da creche.

A definição do custo mensal da creche foi realizada a partir do levantamento das despesas da creche, quando os produtos consumidos e sua quantidade, no

período de abril-agosto/83, foram listados e seus preços pesquisados nos supermercados onde a creche usualmente fazia compras. Os itens de despesa foram divididos em alimentação, material de limpeza, despesas gerais (transporte, xerox etc.), material pedagógico, rouparia e pessoal (gratificação mais gasto presumível com remuneração de pessoal), indicando-se o consumo mensal. O cálculo do gasto presumível com pessoal considerou apenas o número de funcionárias que trabalhavam na creche e foi baseado na salário mínimo regional com encargos sociais.

Além disso, levantou-se a quantidade de recursos que deveria entrar na receita mensal da creche. Foram computados os recursos que a creche conta seguramente para sua manutenção, embora variem nos prazos de entrega. Daí a utilização da expressão "deveria entrar na receita mensal da creche".

A partir desse levantamento foi possível estabelecer a relação entre receita e despesa e realizar o cálculo do custo real de cada criança na creche (Cr\$ 14.240/1983) no mês.

O peso relativo de cada item da despesa no custo mensal da creche é apresentado no Gráfico I.

Observa-se que o elemento de despesa de maior peso corresponde à remuneração de pessoal, que não é financiada por nenhuma instância do poder público. Ressalta-se que o valor estimado não significa necessariamente o valor deste trabalho e nem que o número de cinco crecheiras seja suficiente para o atendimento da creche.

O peso relativo de cada fonte de receita é: 19,4% do convênio com a LBA; 6% do leite fornecido pela LBA; 6% do convênio com a FEBEM; e 64,5% cobertos pela comunidade, sendo que destes, 3,3% correspondem à mensalidade dos pais, 4,2% às promoções realizadas e 57% ao trabalho das crecheiras.

Se a remuneração do trabalho da crecheira é elemento de maior peso no montante das despesas, quando colocada no lugar da receita, como valor de trabalho doado e condição fundamental para o funcionamento da creche, assume também posição de destaque. Vemos aqui afirmar-se o peso das contribuições da comunidade na manutenção da creche. Entende-se, portanto, porque os programas oficiais nesta área de creches não sobreviveriam sem a "participação da comunidade", transformando-se na diretriz política mais encontrada em qualquer documento de governo no setor social.

O peso relativo de cada fonte da receita no custo mensal de manutenção da creche nos é mostrado pelo Gráfico II.

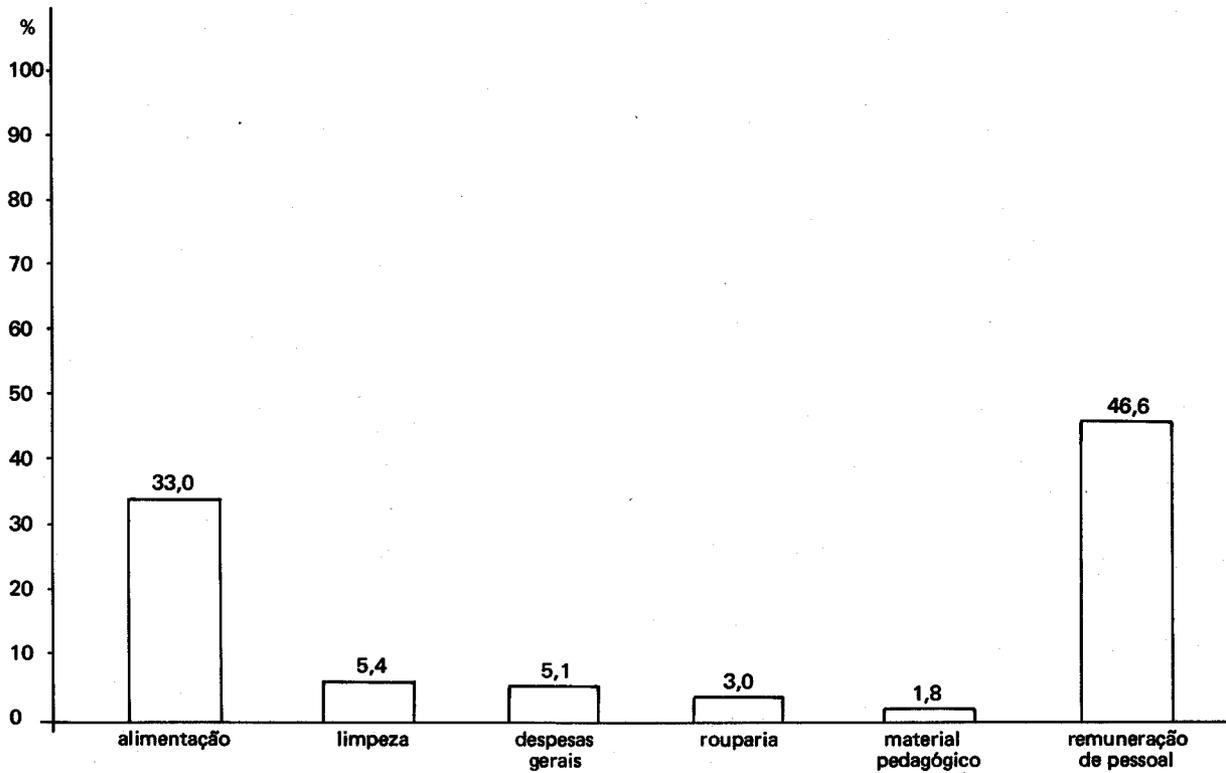
Para não interromper o atendimento às crianças, as crecheiras muitas vezes levavam gás e gêneros alimentícios de seus próprios lares. Administrar uma instituição constantemente deficitária e ser o próprio credor de empréstimos, que de antemão sabe-se que dificilmente serão resgatados, representa o cotidiano dessas mulheres.

O estudo do custo mensal da creche possibilitou que se desencadeasse um processo de avaliação envolvendo vários aspectos da relação creche/órgãos públicos.

Embora as crecheiras soubessem que os recursos oferecidos pelos órgãos públicos eram insuficientes para cobrir as despesas de manutenção da creche, não tinham condições de precisar, em termos quantitativos, o que representava esta ajuda. Apesar disso, eles são vis-

GRÁFICO I

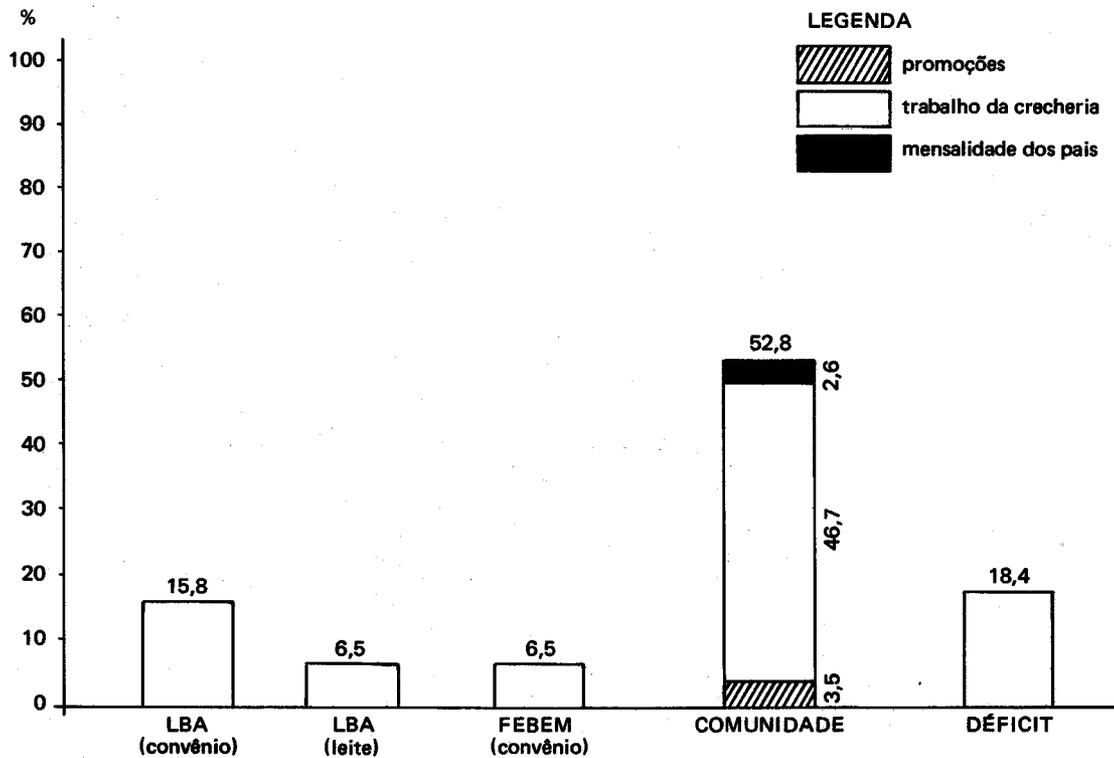
Valor relativo de cada tipo de gasto no custo mensal da creche



CUSTO MENSAL: Cr\$ 569.301,40 (1983)

GRÁFICO II

Valor relativo de cada fonte da receita no custo mensal de manutenção da creche



CUSTO MENSAL: Cr\$ 569.301,40 (1983)

tos como uma garantia, porque são os únicos recursos fixos numa receita muito variável. Daí a referência a estes recursos como "antes disso do que nada".

Diante da carência financeira extrema em que vive a creche, ao receber recursos atrasados, referentes a vários meses, as crecheiras tendiam supervalorizar este montante. O depoimento a seguir de uma das crecheiras foi colhido no momento em que finalizávamos o estudo do custo de manutenção da creche, coincidindo com a liberação da primeira parcela do convênio anual com a LBA no valor de Cr\$ 540.000,00: "Eu achava que o um milhão que a LBA dá, daria demais, que nós tínhamos que fazer tudo pra dar do melhor para as crianças. Que a alimentação podia melhorar, mas agora eu vi que o que a LBA libera, não dá pra nada. Nós vamos ter é que poupar este dinheiro."

Os recursos obtidos dos órgãos públicos são avaliados pelas crecheiras não só em função do seu poder de aquisição, mas também em função da periodicidade da sua liberação, das normas para sua aplicação e do sistema de prestação de contas. A flexibilidade para aplicação dos recursos segundo as necessidades da creche, o desembolso mensal e a prestação de contas simplificada da FEBEM são vistos como uma vantagem em relação ao sistema da LBA.

A inflação, fenômeno conhecido de todos, consome grande parte dos recursos que chegam atrasados na creche, diminuindo ainda mais o seu valor real.

As exigências dos órgãos públicos com relação aos serviços que a creche deve prestar às crianças não correspondem aos recursos que distribuem. Após o estudo do custo de manutenção da creche, alguns elementos do grupo se interessaram em ler o que a LBA exigia no contrato que firmava o convênio. "Descobriu-se" que a cláusula primeira dizia que a creche deveria proporcionar às crianças "alimentação, recreação, cuidados psicopedagógicos, médico-odontológicos e assistência social". Além disso, "aplicar adequadamente os recursos recebidos no desenvolvimento das atividades pactuadas na cláusula primeira; aceitar toda e qualquer orientação técnica que seja indicada pela LBA, para aprimoramento de suas atividades assistenciais, permitindo visitas de supervisão de técnicos credenciados pela LBA, independente de aviso prévio; apresentar à LBA, sempre que solicitado, e segundo modelo por ela aprovado, relatório de suas atividades relacionadas com o presente convênio; prestar contas na forma exigida pela LBA e finalmente, ostentar, em local visível, na entrada principal, a placa que será fornecida pela LBA, alusiva à colaboração prestada."

O confronto entre o valor real do convênio no custo de manutenção da creche e as exigências feitas neste contrato possibilitou ao grupo redimensionar o valor atribuído anteriormente. Na verdade, a representante da creche, ao assinar o convênio, assumia uma "responsabilidade no papel", que dificilmente o grupo teria condições de cumprir. Por outro lado, evidenciou-se o descompromisso da LBA com aquilo que é apregoado em seus documentos oficiais.

As crecheiras percebem que a propaganda da LBA, transmitida pela televisão descaracteriza seu trabalho diante da comunidade, na medida que a mensagem vinculada apresenta a LBA como responsável pela manutenção da creche.

A obrigação de fixar uma placa da LBA na porta da creche, a qual não menciona o caráter da ajuda prestada, reforça a mensagem da televisão. As crecheiras percebem que há um certo descrédito da comunidade em relação à sua situação de trabalho quando afirmam que não são funcionárias da LBA.

As visitas de orientação técnica, realizadas de forma assistemática, não cumprem esta função porque, segundo as crecheiras, os técnicos não se preocupam em conversar sobre as dificuldades que elas enfrentam no dia a dia da creche.

Esses técnicos consultam os arquivos da creche para averiguar se as fichas estão em dia, observam o que há na geladeira, na dispensa e comentam sobre a limpeza da creche. As crecheiras têm a impressão de que a "papelada" é o mais importante para a LBA e percebem estas visitas como uma invasão.

As crecheiras desconhecem a utilidade para a LBA de informações tais como peso e altura das crianças. Como a avaliação que fazem da criança é baseada na prática, no conhecimento empírico obtido no seu trabalho diário, as informações exigidas não são utilizadas nem por elas próprias. Aliado a isto, o esquema de funcionamento da creche não oferece condição para leitura e estudos dos documentos divulgados pela LBA. Sendo assim, aquelas atividades exigidas para o acompanhamento do crescimento da criança acabam por se constituir em mais uma tarefa que tem apenas uma função burocrática.

A preocupação com o trabalho educativo desenvolvido com as crianças só aparece para os órgãos públicos nos treinamentos. As crecheiras avaliam que, na maioria destes, não ocorre uma reflexão sobre a realidade da creche. Percebem que sua prática não é valorizada e os conhecimentos veiculados, de pouca aplicação nas condições em que a creche funciona.

Os convites para participarem de treinamentos vêm acompanhados de ameaças de corte de leite, caso não se façam representar, como comprova o relato feito por uma das crecheiras no diário¹ da creche: "Estamos hoje com 39 crianças. A Rosa, 2ª tesoureira veio fazer acerto de contas. Logo depois chega o 1º tesoureiro, Juarez. Conversamos muito, ele concordou em arrumar outra pessoa para nos ajudar, falou também sobre uma creche em Barreiro. Me mostrou uma carta que chegou da LBA do Núcleo de Saúde e Nutrição. Será realizado um treinamento, olha é um absurdo, é importante a participação de um funcionário (diz a carta), o não comparecimento implicará no corte do leite, só me faltava essa!"

A indicação de um elemento do grupo para participar destes eventos e de reuniões sempre esbarra na insuficiência de pessoal para assumir o trabalho na creche e também na falta de dinheiro para o transporte.

Outro estrato do diário aponta esta situação: "Chegamos à creche às 7:00 h., não havia dinheiro para nada e não tinha manteiga para passar no pão dos me-

1 O diário da creche, nomeado de "O dia cotidiano de uma creche", foi realizado pelas crecheiras no início da pesquisa. Embora sendo considerado importante por elas, foi paralisado por falta de condições de trabalho.

ninos. Tenho que ir à LBA hoje sem falta para resolver um problema urgente que pintou. Fui até a obra que é a nossa caixa, pedir algum dinheiro emprestado, arrumei 300,00 (cruzeiros)''.

A presença dos órgãos públicos na creche se faz pelas exigências burocráticas, por represálias e as crecheiras se esforçam muito para responder ao solicitado pelo medo de ver seus direitos adquiridos ameaçados.

Os órgãos públicos são vistos como órgãos do governo sem distinção da dependência administrativa federal e estadual. Este desconhecimento dificulta a compreensão do poder de pressão das reivindicações feitas pelo Movimento de Luta por Creches. Para as reivindicações chegarem até aos decisores da LBA, MOBREAL, FUNABEM, órgãos federais, a creche depende de um fluxo de informação alheio aos seus interesses.

A não renumeração do trabalho das crecheiras significa para elas um não reconhecimento por parte do poder público, da importância da creche para a mulher trabalhadora, principalmente daquelas que trabalham no mercado de trabalho informal, totalmente descobertas do direitos trabalhistas. Isto contribui para a existência de uma relação de favor entre creche e clientela. Esta relação de favor, fruto (entre outras coisas) de uma "política" social calcada no princípio do "antes isso do que nada", só dificulta a emergência da creche como direito dos que trabalham.

A luta constante pela obtenção de recursos públicos absorve grande parte do tempo das crecheiras acarretando pouca disponibilidade para uma relação mais integrada com a comunidade. Além disso, diminui as disponibilidades do grupo para refletir coletivamente sobre o seu fazer. As reuniões da creche sempre apresentam uma pauta repleta de problemas imediatos, geralmente relacionados a providências inadiáveis, burocráticas, demandadas pelos órgãos públicos.

A realização de diferentes convênios entre a creche e os órgãos públicos, na medida em que estes têm uma atuação indireta nesta área, cria a ilusão de que a creche é super-atendida pelo governo, gerando mal entendidos entre as crecheiras e a própria comunidade.

O estudo sobre o custo mensal da creche foi divulgado e discutido com os usuários da creche, servindo também como subsídio para a elaboração do texto teatral *As creches comunitárias e os órgãos públicos*, representado pelas crecheiras e jovens do bairro, no I Congresso de Luta por Creches, em janeiro de 1984. O teatro remete o espectador ao jogo de empurra do Poder Público, calcado na política do "antes isso do que nada" e às implicações dessa política na relação da creche com os usuários.

A CRECHE COMUNITÁRIA VAI ATÉ À FAMÍLIA

Conhecer de perto as condições de vida da clientela da creche — onde morava a criança, como era sua casa, o que fazia quando não estava na creche, conversar com a mãe e a criança no ambiente familiar — se constituía numa demanda das crecheiras desde o início da pesquisa. Esta demanda era justificada pela necessidade de se conhecer o ambiente familiar das crianças para melhorar o

seu atendimento na creche. Além disso, constatava-se que as informações que a creche possuía sobre a criança eram incompletas e desatualizadas.

Os contatos com as famílias usuárias da creche aconteciam nos horários de entrada e saída das crianças e nas reuniões mensais dos pais. Havia algum convívio com as famílias que mantinham relação de parentesco com as crecheiras.

As crecheiras, no entanto, já possuíam uma visão das famílias, especificamente das mães, calcada nesses contatos travados no dia a dia da creche e através do que as crianças falavam. A relação com as mães, tema frequente nas reuniões da pesquisa, era sempre tratado pelas crecheiras em tom de queixa e/ou acusação.

As queixas se referiam à não observância por parte das mães de algumas normas estabelecidas pela creche, como horário de entrada e saída das crianças, pagamento da mensalidade, marcação e conservação de roupas das crianças. Além disso, se ressentiam com o fato das mães ficarem "focando" a respeito da creche e não fazerem as reclamações nas reuniões mensais.

Acusava-se as mães de cometerem abusos ou fazerem exigências incompatíveis com as possibilidades de atendimento da creche: mães que mentiam sobre sua situação de trabalho, pedidos para que a creche atendesse aos sábados, mães que queriam se alimentar na creche, etc. As mães eram percebidas como faltosas, acomodadas, não-higiênicas e exploradoras.

As crecheiras não se sentiam devidamente reconhecidas pelo que realizavam, projetando muitas vezes suas enormes dificuldades e insatisfações com o trabalho na relação com a clientela.

Por outro lado, algumas mães acusavam as crecheiras de estarem ganhando "dinheiro do governo", revelando desinformação e desconfiança quanto ao funcionamento e esquema de manutenção da creche.

Durante um mês, a equipe pesquisadora discutiu sobre o que seria relevante apurar junto às famílias, como deveria ser a entrevista, o que seria importante observar na casa das crianças. Através de entrevista estruturada, buscou-se informações sobre situação de moradia, nível de escolaridade, renda, situação de emprego dos pais e familiares, expectativas educacionais em relação aos filhos, além de outras referentes à própria criança, suas necessidades e preferências.

Objetivava-se, também, testar um roteiro de entrevista, a fim de adotá-lo como ficha social da criança e da família, a ser utilizado no momento da admissão de novas crianças.

Perfil sócio-econômico da clientela

Só foi possível entrevistar 19 das 24 famílias usuárias da creche.

Entre as famílias entrevistadas, nove moram no núcleo do bairro (parte antiga), três no conjunto novo e o restante nas vilas vizinhas ao bairro, sendo que 60% auferem renda mensal de um salário mínimo. Destas 19 famílias, dez possuem um membro que trabalha, seis possuem dois membros trabalhando, e duas delas contam com três ou mais pessoas que contribuem no orçamento familiar.

A maioria das mães trabalha como empregada doméstica, faxineira, varredora de rua; 50% não têm carteira assinada. A maioria dos pais trabalha como operário da construção civil, mas se encontrava desempregado.

As famílias entrevistadas possuem em média uma concentração de quatro a oito membros no seu espaço de moradia. Aqueles que moram nas vilas vizinhas possuem moradias mais precárias, com dois a três cômodos, sendo comum um mesmo cômodo servir de cozinha, dormitório e sala de visitas.

A maioria das famílias habita em casa própria, sendo que uma delas invadiu residência no novo conjunto construído em frente ao bairro. A maioria dos casais são naturais do próprio Estado e residem no bairro por um período superior a cinco anos.

A escolaridade dos pais se concentra no primário completo, apenas um possuindo 2º grau completo. Entre as mães, duas são analfabetas, seis não completaram o primário, outras seis possuem primário completo e somente cinco completaram o antigo ginásio.

A maioria dos casais têm entre 20 e 36 anos de idade, apenas quatro pais e três mães ultrapassam a faixa de 40 anos.

Casais unidos legalmente chegam a nove, sendo que um dos casais entrevistados vive "amigado". Um dos pais é viúvo. As outras oito mães entrevistadas são solteiras.

Todas as residências possuem energia elétrica, mesmo que em algumas a luz seja conseguida por "puxadas" clandestinas, seis casas não possuem água encanada, obrigando os moradores a se utilizarem de poços ou bicas que nem sempre são próximos e de fácil acesso, sete moradias não possuem esgoto, mas se utilizam de fossas.

Entre as 19 famílias entrevistadas, dez possuem as mulheres como chefes de família. Em conjuntura de crise e desemprego as mulheres ainda conseguem ter acesso a atividades remuneradas num mercado informal de trabalho, sendo portanto, as principais responsáveis pela sobrevivência da família.

A vida da criança no ambiente familiar

As crianças quando estão em casa brincam, assistem televisão e ajudam a mãe no trabalho doméstico. O passeio das crianças se resume a visitas à casa de parentes e avós. Só muito raramente podem ir ao Parque Municipal ou ao Jardim Zoológico. Não passeiam porque "não têm dinheiro para comprar nada, para pagar brinquedos". Soltar papagaio, ir à missa e brincar em casa são, em geral, o lazer da criança. Visita aos parentes no interior só muito raramente. "Passeio mesmo é quando a creche leva", revelaram as mães e familiares da criança.

Quando a criança adoce, os hospitais da região são procurados, mas o "médico do INAMPS" e o Posto de Saúde são na verdade aqueles que oferecem assistência médica à criança e familiares quando necessário. Nos dois primeiros anos de vida muitas das crianças foram internadas, algumas, várias vezes durante um mesmo ano, por problemas respiratórios e infecções intestinais. Todos procuram deixar o Cartão de Vacina em dia, embora a creche também cuide para que isso aconteça.

A maioria das crianças brinca com os próprios irmãos, primos ou amiguinhos da vizinhança mais próxima. Quando a criança é menorzinha "brinca sozinha mesmo". Os meninos brincam mais de jogar bola, com "carrinhos velhos", "de matar com revólver" que em alguns casos eles mesmos constroem. As meninas preferem brincar de boneca, casinha, "cozinhadinho". Todos gostam de brincar na água ou na terra, o que, em geral, as mães desaprovam. Brincam com sucatas, pedrinhas, latinhas, bichinhos, de pegador, esconde-esconde e "polícia/ladrão".

Gostam muito de contar e ouvir histórias, embora não tenham, em casa, livros infantis, jornais etc. Gostam também de cantar músicas da moda, além das músicas de novela e aquelas que aprendem na própria creche. Música sertaneja faz parte da preferência de alguns.

Televisão é a grande diversão das crianças, embora nem todas possuam televisão em casa. Nestes casos, alguns procuram a casa do vizinho, a contragosto da mãe; gostam de assistir desenhos animados, programas infantis como Balão Mágico, Sítio do Picapau Amarelo, Clubinho, além de novelas, Chacrinha e Trapalhões.

Algumas mães relataram que os filhos se identificam com personagens da novela, montando cenas imaginárias e dramatizações entre eles, inspirados na história daqueles personagens.

Não só de brincadeiras vivem essas crianças. Algumas também trabalham em casa; esquentam a comida e arrumam a cozinha no sábado, quando a mãe está trabalhando; enceram o assoalho, buscam água na bica, ajudam os irmãos menores a tomar banho e a se limpar quando vão ao banheiro. Uma das mães relatou: "A criança que a Mônica (seis anos) e o Marcos (sete anos) arruma fica um brinco. As vasilhas ficam brilhando".

Quando crescerem, os meninos ou meninas, desejariam ser mecânico, comerciária, soldado, motorista, "trabalhar na creche como professora". Uma das crianças disse que desejaria ter um trator para arrancar o morro que separa sua casa da creche, pois estava cansada de subir o morro todo dia.

Os pais e mães, em geral, têm consciência da pouca disponibilidade para conversarem e terem um contato mas intenso com os filhos. Os irmãos maiores interagem mais com os menores. A interação mãe-filho ocorre sobretudo enquanto esta cuida dos afazeres domésticos. Algumas mães dizem que procuram conversar com os filhos durante o percurso creche-casa, "onde vai ensinando um bom comportamento a eles."

O que se percebeu é que os adultos, só em raros momentos, se dedicam exclusivamente à criança, sendo esse contato mais freqüente entre mãe e filho. Muitas crianças não convivem com o pai, sendo a figura masculina quase ausente na vida delas.

Casos de pais que, desempregados ou mesmo trabalhando, bebem muito, tratam mal as mulheres e as crianças — que presenciam cenas violentas entre o casal — foram relatados nas entrevistas ou pelas próprias crianças na creche. Num desses, o pai obrigava as crianças a comerem um mínimo em casa, alegando que já se alimentavam na creche.

As mães consideram que os filhos devem ser corrigidos ou mesmo punidos frente aos seguintes atos ou situações: pirraça; gula; trocar de roupa toda hora; pegar

dinheiro sem avisar; sujar a casa; brincar com água e terra; desobedecer; agredir a mãe; mentir; brigar com os outros irmãos ou outras crianças; ir para a casa de alguém que a mãe não gosta; insistir no pedido de alguma coisa, geralmente "ir para casa dos outros".

Aos "delitos" infantis cometidos são atribuídos castigos assim descritos pelas mães ou pais entrevistados: puxa orelha, mas prefere beliscar; dá chinelada; xinga a criança; bate e xinga a criança; bate ou ameaça bater (quando está nervosa); procura conversar (quando está calma); bate com vara; coloca de castigo e bate de vez em quando; bate ou põe de castigo; bate até arrebentar, xingar não; chama a atenção; proíbe alguma atividade que a criança gosta muito; retira da criança o objeto proibido ou retira a própria criança da situação; grita com a criança porque tem pouco contato com ela e tem medo de que ao espancá-la, a criança se revolte ou se torne revoltada.

Expectativas dos pais em relação à escola e à creche

Os depoimentos a seguir expressam a expectativa da maioria dos pais entrevistados: "A escola deve dar um saber, uma boa leitura, pra arrumar um bom emprego e ajudar em casa depois"; "Até onde der condição eu ajudo. Depois ele tem que trabalhar, vender picolé, um chup-chup, para pagar os estudos"; "Prazer que estude tenho muito mesmo. Coisa boa é filho sabido, estudado. Até onde der eu quero ajudar. Depois vou esparramar, por pra trabalhar. Com 11, 16, 17 anos devem começar a trabalhar."

Em geral, os pais manifestam o desejo de que a criança curse até a 4ª série e no máximo a 8ª série do 1º grau. Acham que o filho é inteligente, esperto, "não vai ter problema com a professora" e "vai se dar bem na escola". Dos entrevistados, apenas cinco manifestaram expectativa de que o filho "estude até formar na Universidade" e outros dois acham que o filho "não vai se dar bem na escola", e "terá dificuldade em aprender pois não é muito ativo". Entretanto, todos pretendem se esforçar para que os filhos aprendam a ler e escrever.

Embora os entrevistados tenham expressado com facilidade suas expectativas com relação à escola, o mesmo não se observou relativamente à creche. Em geral, a mãe elogiava a creche pela sua própria existência: "Não sei o que faria se não fosse a creche".

Isto poderia ser explicado, de um lado, por um certo constrangimento provocado pela situação de entrevista, onde a mãe era convidada a falar sobre a creche na presença de uma crecheira e de pessoas estranhas, dificultando a emergência de críticas e expectativas quanto ao atendimento prestado. Por outro lado, a dificuldade se apresentava na medida em que a mãe tinha que opinar sobre uma instituição nova na sua história de vida, uma instituição que não tem ainda suas funções claramente definidas socialmente, ao contrário da escola, instituição freqüentada pela maioria dos entrevistados.

Os depoimentos abaixo evidenciam que o carinho, a relação afetiva entre crecheira/criança é referência fundamental para se falar da creche. "Pra mim tá sendo muito bom ver meus filhos aqui. As meninas cuidam de

les tudo direitinho, tratam como se fosse a mãe mesmo. Então eu fico muito satisfeita, muito alegre de ter meus filhos na creche, pois achei lugar pra por meus filhos pra eu trabalhar. Então, pra mim é uma coisa muito importante. Não é só pra mim não, eu acho que é pra todas as mães que têm meninos aqui, né?"; "Realmente até hoje pra mim a coisa mais importante é o carinho que dão pra eles. Nós não temos tempo de dar carinho pra nossos filhos. Fazer o que os filhos precisam. Quem faz são as que trabalham aqui"; "A vantagem da creche: é muito boa a convivência com outras crianças"; "Minha filha depois que veio pra creche virou uma tagarela. Até os três anos ela não falava quase nada. Agora fala em qualquer lugar".

A confiança que as mães nutrem pela creche está calcada numa referência pessoal. A referência para julgar os serviços é aquilo que a criança fala da creche, da sua relação com a crecheira. Consideram importante a paciência e o carinho das crecheiras.

Algumas mães expressaram expectativas quanto aos recursos educativos que a creche poderia oferecer a seus filhos, como o atendimento pré-escolar.

Considerando as condições de vida das famílias entrevistadas, a creche aparece como possibilidade ímpar para a criança se alimentar e crescer com segurança, além de liberar a mãe para o trabalho extra-lar. Percebe-se que a alimentação recebida pela criança na creche (qualidade e quantidade) não poderia ser oferecida em casa. A creche se apresenta como um lugar que oferece proteção quanto aos riscos do abandono e da fome. Carinho e segurança foram, assim os aspectos mais mencionados como positivos.

As impressões do grupo pesquisador sobre a vida das crianças na família

A visita às famílias, o conhecimento da vida familiar das crianças, contribuiu para as crecheiras avaliarem concretamente a importância da creche para as mães e seus filhos.

O impacto dessas visitas foi grande. As crecheiras demonstraram espanto com a situação de pobreza das famílias. Embora já conhecendo esse fato, puderam sentir de perto as dificuldades cotidianas dessas famílias no sustento de seus filhos.

Não imaginavam que as mães fossem expressar tanta revolta com a sua situação de vida. "Muitas mães são revoltadas com a situação delas. Sofrem com o marido. Além de trabalharem fora, ainda têm que fazer um monte de coisas em casa. O homem desempregado 'descansa' na mulher. A mulher trabalha sempre muito mais que o homem", manifestaram as crecheiras.

A visita domiciliar significou para a crecheira uma ocasião para comparar os comportamentos da criança em casa e na creche. Notaram a tristeza e a agressividade de algumas crianças em casa. Se impressionaram com a violência sofrida, por grande parte das crianças no ambiente familiar.

Mostraram também surpresa com a distância entre a casa de algumas crianças e a creche, entendendo melhor o motivo dos atrasos para chegarem à creche de manhã.

Para elas, a impressão mais geral produzida pelas visitas domiciliares foi que "a creche é melhor do que a casa das crianças". Chegaram a sentir remorsos frente aos muitos casos de tratamento intolerante com relação às mães e puderam perceber a dimensão e a importância da creche na vida das crianças e da família.

Essas impressões refletem um impacto emocional com a situação de vida das crianças, gerando um efeito positivo na relação das crecheiras com a clientela. Entretanto, isto não foi trabalhado de forma sistemática e exaustiva durante o processo de pesquisa.

As visitas e as entrevistas nos permitiram tecer alguns comentários sobre as condições de vida das famílias e crianças usuárias da creche. O fato das mães trabalharem fora não significa autonomia e igualdade com o marido. Elas auferem baixa remuneração e prolongam sua jornada, de oito a dez horas de trabalho, com os afazeres domésticos, como cozinhar, lavar, passar, arrumar a casa, buscar água na bica etc.

Os conflitos conjugais são acirrados pelas dificuldades de sobrevivência. O desemprego do homem, obriga-o a permanecer no lar, o que motiva tensões pela inversão de papéis sexuais na família: o pai continua o chefe, mas não o provedor da família. Além disso, vai buscar alívio para sua situação no "bar da esquina", ficando nervoso e violento.

Por parte da vizinhança, o homem sofre ridicularizações quando procura assumir tarefas domésticas para não sobrecarregar a mulher. O machismo circula com vigor entre as classes populares.

Soma-se a isto as escassas possibilidades de mobilidade social; a inexistência de reconhecimento social; instâncias materiais insuficientes; a fadiga física e mental, que conformam o quadro das difíceis condições de sobrevivência das famílias entrevistadas.

A criança, neste contexto, fica impossibilitada de familiarizar-se com instrumentos que mais tarde serão importantes na sua escolarização: livros, revistas, discos, lápis, papel etc. O espaço reduzido na moradia, compartilhado por adultos e crianças, é utilizado para múltiplas funções, gerando desconforto e contribuindo para criar situações de conflito.

A criança sofre com normas disciplinares e limitações de comportamento muito rigorosas. Os pais, em geral, são muito intolerantes com desobediência. Mesmo freqüentando uma "creche de pobre", que sofre de limitações similares às sofridas pela família pobre, a criança encontra na creche um espaço de liberdade para ter amigos e inventar brincadeiras, sem as normas e sanções disciplinares rígidas da sua casa. O que explica, em parte, o entusiasmo das crianças com a creche.

Essas considerações somadas aos dados levantados nessa fase da pesquisa não autorizam uma comparação entre creche e família, a não ser naquilo que apresentam de mais aparente. Sabe-se da complexidade das relações que uma criança estabelece com os seus familiares nos primeiros anos de vida e isto não foi objeto do presente trabalho. Não se pretende, portanto, concluir imediatamente que a creche seja melhor que a família. A creche não se fez necessária porque a família é pobre e por isso incapaz de cuidar das suas crianças. Ela se impôs como necessidade para liberar a mulher para o trabalho fora de casa.

A exaltação social da função materna contrasta de maneira dramática com as condições em que a maternidade (e a própria paternidade) é, e pode, ser exercitada no contexto de vida e trabalho das famílias entrevistadas. Não se pode dizer que a creche seja a "boa mãe" ou o "bom pai" e atribuir a ela uma função que é de mera substituição ou compensação do que falta à criança no ambiente de sua família.

O PROCESSO DE INTERVENÇÃO NO GRUPO DAS CRIANÇAS

Criar condições para que as crianças pudessem falar da sua vivência na creche e na família, possibilitando com isso ampliar a capacidade do grupo pesquisador de analisar a prática educativa no contexto da creche comunitária, foram objetivos do trabalho de intervenção no grupo de crianças, um dos momentos mais significativos da pesquisa.

Na preparação deste trabalho, procurou-se explicitar junto às crecheiras quais eram os pressupostos e os objetivos da educação na creche, bem como discutir as condições necessárias para que a intervenção pudesse ocorrer.

As crianças de cinco e seis anos, matriculadas na creche, totalizando o número de 12, formam o grupo de intervenção. Estas crianças foram escolhidas, por serem as mais capazes de se expressarem verbalmente.

A coordenação e o desenvolvimento deste trabalho estiveram a cargo de uma psicóloga, com larga experiência em trabalho de grupo com crianças, até então desconhecida das crianças e crecheiras. Uma das crecheiras foi escolhida para acompanhar estas atividades, além de uma das pesquisadoras que assumiu o papel de observadora. No total, ocorreram 14 encontros, com duração média de duas horas.

Os temas geradores de atividades em relação à percepção da creche foram o espaço físico, a rotina, as normas, a convivência entre crecheiras e crianças e entre as próprias crianças. Os temas em relação à família foram local de moradia, atividades desenvolvidas em casa e a convivência no ambiente familiar. Foram tratados através de roda de conversa, desenhos, atividades e brincadeiras em grupo.

O material utilizado foi basicamente papel ofício e lápis de cera, além de revistas e caixas de papelão para montagem, cola e tesoura.

Os encontros ocorreram no berçário, no andar superior, porque era o ambiente mais tranquilo para o desenvolvimento das atividades.

O que as crianças falaram

O trabalho foi limitado pelo tempo que dispúnhamos para finalizar a pesquisa e pela própria rotina e condições de funcionamento da creche.

No primeiro dia, embora difícil de organizar a conversa com as crianças em grupo, pela dispersão e por não estarem acostumadas a programar e combinar antes o que iam fazer na creche, uma conversa animada sobre a creche tomou conta do grupo de crianças. A coordenadora do grupo, assumindo o papel de visitante interes-

sada em conhecer a creche, levou as crianças a apresentarem o contexto onde passam de oito a dez horas por dia. "Na creche *Casinha da Vovó* tem brinquedo, brinquedo novo, mesa para comer. Tem banheiro, pia, mas não tem água na torneira e tem que usar o tanque. Tem a cozinha e na cozinha faz janta, comida, café. As mesinhas da creche só servem para comer. Tem o berçário, que serve pra dormir, mas só os pequenos. Lá não tem lugar pra nós dormir e tem muito menino pequeno na creche. No berçário a gente não pode brincar senão acorda os outros. A comida é gostosa. Tem carne, angu, arroz, feijão, macarrão, laranja, banana, melancia e até côco", disseram as crianças.

Falaram do pessoal que trabalha na creche: "a cozinheira faz comida, cata feijão; a R. dá banho nos meninos, ela manda os meninos sentar e desenhar, dá lápis e pintura; P. faz os meninos dormirem".

Comentaram sobre as regras, permissões e proibições, e sobre o que gostavam e não gostavam. As proibições mencionadas foram: mexer nas coisas, brigar, bater nos outros, ficar no berçário, sujar a creche. Disseram não gostar de alguns trabalhos, como ajudar a dar comida e olhar os menores; ver os meninos brigando e chorando. As permissões, identificadas como "gosto de", foram brincar, desenhar, pintar, comer, brincar na rua.

O que mais gostam na creche é mesmo de brincar. As crianças ficam soltas na creche, pois os adultos não conseguem acompanhá-las o tempo todo: articulam suas próprias brincadeiras, inventam, ajudam a cuidar dos menores, inclusive como parte de uma cena imaginária montada pela brincadeira de casinha, conversam entre si, perguntam sobre a família do outro, falam dos seus cachorros, brigam e se agridem. Gostam do trepa-trepa, brinquedo que se veste de várias formas conforme a brincadeira e a imaginação. O trepa-trepa é o trem, a casa, o barco, e o lugar de ter a melhor vista para fora da creche.

O que a criança mais valoriza na creche são os amigos. "Na creche a gente faz amigos". Gosta de ir todos os dias para encontrar os amigos.

A criança revela, também, que está na creche porque a mãe trabalha. Sabe falar muito bem da sua rotina: entra, toma café, brinca lá fora, lava as mãos, almoça, janta e vai embora.

Quando a sessão com as crianças caía na segunda-feira procurava-se saber o que faziam em casa no fim de semana. Um brincavam, outras saíam para passear no bairro e algumas ajudavam a mãe nas atividades domésticas como varrer terreiro, arrumar casa, lavar pratos, arrumar camas e até consertar a bagunça que haviam feito.

E na creche, o que acontecia? A maioria das crianças respondia que ocorria o mesmo que em casa: varriam, limpavam as mesas após as refeições, davam comida aos menores, assim como trocavam-lhes a roupa, ajudavam a lavar a louça.

As conversas sobre a família foram menos ricas, pois as crianças pareciam mais à vontade quando se referiam à creche. Sobre a composição familiar cada um pôde se expressar individualmente, relatando e descrevendo os membros de sua família. Várias crianças incluíram aí o cachorro de estimação.

A conversa sobre o pai excitou muito as crianças. Inicialmente muitas falaram que não tinham pai e falaram sobre suas mães e avós ou não falaram nada. Mas, no

meio da conversa, começou a aparecer os pais fictícios. Uma das meninas descreveu um pai bondoso e presenteador de balas e brinquedos, no que foi desmentida pela irmã, que afirmou não ter pai pois este estava separado da mãe. A primeira quase chegou ao choro. Este tema foi dirigido através de perguntas a respeito do nome do pai, descrição física, profissão e daquilo que mais agradava ou desagradava nos pais. As crianças foram quase unânimes: o que mais agrada são as balas, pirulitos e o que mais agrada são as surras, geralmente dadas em virtude de "travessuras".

A roda de conversa sobre a mãe foi muito participativa. Todas as mães, com raras exceções, foram descritas como sendo bonitas, boas e desagradáveis quando castigam ou batem nos filhos. Uma criança, filha de uma das crecheiras, confessou que sente ciúmes da mãe "quando ela cuida das crianças pequenas e não gosta muito quando ela fica mais com as outras crianças".

Sobre os irmãos falaram pouco, citando nomes e alguns casos de brigas entre eles.

Retomando os temas trabalhados — a creche e a família — as crianças expressaram que são muito importantes para a creche, pois sem elas a creche nem existiria. Ao mesmo tempo, a creche é importante para elas, pois caso não existisse, suas mães não teriam com quem deixá-las para trabalhar e seriam obrigadas a ficarem sozinhas em casa. Revelaram, também, que possuem um mundo próprio de amizades e brincadeiras na creche.

Ao final do trabalho as crianças já estavam bastante acostumadas com a sistemática da roda de conversa e do grupo. Demonstravam muita curiosidade a cada "sessão", sendo que elas próprias já se organizavam para executar as atividades e conversar sobre os temas propostos. A impressão que se teve foi que, no momento em que finalizávamos este trabalho, as crianças estavam mais maduras, enquanto grupo, para aprenderem a realizar atividades de forma mais organizada e com concentração. Na verdade, foi neste momento que estavam mais prontas para o objetivo a que se propunha o trabalho de intervenção: falarem sobre a creche e a família.

O que os limites da intervenção relevaram sobre a creche

Embora o trabalho de intervenção tivesse como objetivo liberar a fala da criança sobre a creche, ficou aquém das nossas expectativas, pois serviu como preparação e "esquentamento" das crianças para as atividades em grupo. Entretanto, este processo de trabalho se transformou num dispositivo analisador da dinâmica de funcionamento da creche, por ter se constituído numa prática diferente que "mexia" na rotina viciada da creche.

O fato de privilegiarmos uma sistemática de trabalho em grupo — roda de conversas, atividades e brincadeiras coletivas — tornou necessário, de um lado, estabelecer com as crianças as normas de convivência e funcionamento grupais e, de outro, criar condições na creche para que houvesse espaço físico e material disponíveis.

A experiência de trabalho em grupo, coordenada sistematicamente por um adulto, se constituiu em novidade para as crianças, assim como para as próprias crecheiras. A separação das crianças em grupos por idade, numa circunstância diversa da rotineira, causou impacto

sobre as próprias crianças. A rotina da creche sempre foi de separar as crianças no momento da alimentação e do banho, quando os menores são os primeiros.

As crianças que constituem o grupo dos maiores se sentiram em destaque na creche, foco de uma atenção antes não recebida, e expressaram essa situação, seja porque o local utilizado para o trabalho, o berçário, era interdito para eles, seja porque era priorizado o atendimento aos menores.

Os menores, durante todo o trabalho, ficaram curiosíssimos com o que estava acontecendo com os maiores "lá em cima no berçário", espaço onde sempre tiveram acesso privilegiado, e desejosos para entrar no papo. "O que será que fazem lá em cima com a C. e que nós não podemos fazer?", era a questão que parecia pairar entre eles. "Olha, a C. mandou o S., o A. e o W. descerem!", a "fofoca" corria solta. Alguma coisa de diferente estava ocorrendo na creche. A percepção disso serviu para instaurar entre eles um certo movimento de grupalização. Enquanto grupo demandavam também uma intervenção, que fosse além da alimentação, do banho e do repouso. Era muito comum exigirem que a C. brincasse com eles após o término das atividades com os maiores.

A presença de uma pessoa de fora — a psicóloga — coordenando a intervenção direta sobre as crianças, pode ter significado que quem estava dentro — a crecheira — não sabia e precisava aprender. Houve, sem dúvida, um "choque" de saberes e a emergência de sentimentos, como o ciúme e a desconfiança. Estávamos intervindo sobre um objeto que sempre esteve sob responsabilidade da crecheira na creche: a criança. Trabalhávamos com aquilo que atribuía sentido à existência da creche e que era objeto de disputa: da crecheira com a mãe; da crecheira com o pesquisador... Isto se manteve veladamente entre o grupo de crecheiras e se manifestava numa série de entraves (inconscientes) que a crecheira que acompanhava mais de perto as atividades apresentava ao trabalho: a chave do armário onde se guardava o material utilizado nas atividades nunca esteve disponível sem problemas; saía sempre mais cedo pois havia começado um curso de datilografia dentro do horário estipulado para os trabalhos; não cumpria algumas tarefas que lhes eram atribuídas apesar da sua convivência e interesse no momento em que eram propostas.

As crecheiras estavam acostumadas a promover algumas atividades com as crianças como o desenho ou a colagem, mas sem uma tematização. Além disso, a roda de conversa era praticamente inexistente na relação crecheira/criança. As crianças manifestavam uma satisfação sem conta com a psicóloga e com o que era proposto por ela, tratando-a com um carinho caloroso, nem sempre dirigido às crecheiras. O modo de trabalho dessa pessoa de fora causou interesse entre as crianças, evidenciando um potencial de criação das mesmas que surpreendeu as crecheiras. Elas se espantavam com os desenhos de alguns e diziam: "Nunca imaginei que C. pudesse fazer uma coisa tão bonita e criativa."

A psicóloga, ao se impor de uma maneira diferente da crecheira e numa outra tarefa demarcou uma nova experiência para a criança: a de falar, ser ouvida e ouvir o outro. A competência para lidar com crianças, antes reduzida ao "gostar de criança", foi sendo desmistifica-

da, na medida em que a psicóloga revelava, com o seu trabalho, que a formação de um grupo não ocorre simplesmente ao dividir as crianças por grupos de idade. É necessário, com a participação das próprias crianças, a instituição de normas, de um certo modo de estar junto, para que se possa trabalhar coletivamente. Isto se constituiu numa novidade para as crianças, pois não estavam acostumadas a lidar com limites num trabalho. A disciplina na creche se referia a determinadas atividades, grupais sem dúvida, como a alimentação e o banho, mas, principalmente com um impeditivo de brigas e disputas.

Ocorreu, ainda, às crecheiras, a possibilidade de refletirem sobre a relação de poder adulto/criança na creche, a qual se dava veladamente. Se não havia um projeto educativo explicitado, a relação crecheira/criança/família não era, portanto, objeto de uma reflexão no coletivo da creche, a não ser nos momentos de crise, quando o tema era tratado, pelos envolvidos, de forma puramente emocional.

O espaço físico é um fator importante para o desenvolvimento de trabalho educativo com a criança, na medida que condiciona a atenção/dispersão, a liberação/contenção de energias, a dependência/independência, enfim a capacidade da criança e do grupo para organizar o conhecimento do mundo, das linguagens, das relações com os adultos etc. A disposição do espaço na creche demonstrou ser um dos entraves principais para um trabalho educativo com as crianças, além do "despreparo" das crecheiras. Cabe ressaltar, neste aspecto, a luta que foi para se garantir o berçário para as atividades. Foi necessário haver uma negociação com a professora de costura para que cedesse mais tempo das suas aulas, as quais ocorriam neste espaço. Os "espaços ociosos" da comunidade também têm que ser disputados, é o que se evidencia, mais uma vez, neste processo.

As discussões sobre o que estava sendo feito com as crianças possibilitou que as crecheiras repensassem a creche em sua dimensão educativa, pois puderam conhecer um modo de escuta que rompia com as práticas usuais e a rotina da creche. Entretanto, a reorganização das atividades rotineiras na creche não dependeu apenas da consciência da necessidade de renovação expressa tanto pelas crecheiras quanto pelas crianças maiores. Estas, com uma prática grupal sistematizada, demandavam um outro modo de relacionamento — mais rico, estimulante, intenso. Também puderam melhor explicitar o que queriam e esperavam da creche, além das brincadeiras livres e da alimentação.

A criança, colocada como sujeito do processo de conhecimento da creche, fez emergir no grupo pesquisador a presença de saberes diversos na educação da criança: o saber advindo da prática de educar os filhos, o saber advindo da própria prática de trabalho, o saber da psicologia, da pedagogia.

O TRABALHO DAS CRECHEIRAS

O projeto de gerir uma creche comunitária tem significado, para as crecheiras, lutar diariamente pela sua sobrevivência. Esta luta envolve trabalho *interno* (prepa-

ro de alimentos, cuidado das crianças, limpeza das instalações, administração, reunião com os pais); e *externo* (compras, participação em reuniões do bairro, treinamentos e ações para angariar recursos junto aos órgãos públicos, junto às entidades filantrópicas e particulares, participação em reuniões do Movimento de Luta por Creches etc.).

Frente as essas múltiplas atividades é ainda difícil determinar o estatuto profissional da crecheira, também chamada de pajem, monitora ou babá.

As crecheiras nomeiam seu trabalho como "uma loucura", "um sufoco", um faz e refaz. Assumem uma sobrecarga que pode ser indicada pelo número de horas de trabalho por dia — de oito a dez horas — e pelo número de dias que dedicam à creche no ano — 278 aproximadamente. Outro indicador do esforço das crecheiras é que a creche nunca fechou para férias desde a sua inauguração em 1979.

Segundo as crecheiras, o trabalho na creche é como o "de casa", "faz, faz e nunca aparece". Embora tenha esta marca — ser invisível — para as crecheiras "o seu fazer" é que mantém a creche: "aqui é um lugar que pode faltar tudo, menos pessoal para trabalhar". Como nas suas casas, assumem uma série de atividades simultaneamente: "lavar, olhar a panela no fogo, olhar as crianças". As crecheiras vivem a creche como extensão do próprio lar, na medida que nesse ambiente podem também ter contato com o próprio filho (situação da crecheira que tem seu filho na creche).

As árduas condições em que desenvolvem suas atividades domésticas, a presença de uma infraestrutura deficitária, uma situação econômica que lhes nega o acesso ao mundo dos eletrodomésticos, caracterizam o ambiente de trabalho doméstico das mulheres nos bairros de periferia. A experiência de administrar sua casa, sempre com "o caixa em débito", de educar os filhos tentando conciliar o trabalho doméstico e o trabalho extra-lar, é que dá, em parte à crecheira, a coragem necessária para o enfrentamento dos desgastantes e cotidianos problemas da creche.

Por outro lado, pode-se apontar vantagens neste trabalho: os contatos pessoais que fazem, por força dos lugares que passam a frequentar (instituições públicas, reuniões, encontros etc.) aproximam-nas de profissionais de nível superior que lhes prestam favores e dão assistência à creche.

A especialização feminina em tarefas domésticas não constitui um obstáculo intransponível para promover e fomentar a participação pública das mulheres, pelo contrário, na experiência da creche comunitária esta especialização passa a ter um "valor de troca". Em troca do seu trabalho na creche, a crecheira recebe a sua alimentação e a do filho. Quanto a estes elementos — trabalho x alimentação — percebe-se a dificuldade em atribuir-lhes um valor, na medida em que não encontram outras referências, que não as do âmbito doméstico, para avaliá-los. Conseqüentemente, predomina o subjetivismo para avaliar o trabalho individualmente e em relação ao do grupo.

Gerir a creche voluntariamente significa colocar em marcha uma estratégia de sobrevivência e talvez signifique uma experiência de auto-afirmação do aprendizado ocorrido no contexto doméstico.

A estratégia de intervenção do Estado para o atendimento das crianças pobres através de creches se enquadra bem neste contexto. O Estado, também "carente" de recursos para o social, não remunera as crecheiras, entretanto, fomenta o atendimento à criança liberando recursos (insuficientes) para a alimentação e "incitando" a mobilização de grupos de mulheres na criação de infraestrutura para esse atendimento. O Estado só libera recursos para creches já em funcionamento.

O desenvolvimento de programas de caráter comunitário para o atendimento da criança pressupõe uma ociosidade de mulher que não trabalha fora do lar, uma capacidade ociosa de espaços físicos, na comunidade, o que não corresponde à realidade.

As exigências de ordem administrativa e burocrática marcam a atuação dos órgãos públicos junto à creche comunitária. Entretanto, o que as crecheiras mais valorizam no seu trabalho é a relação com a criança.

A capacitação da crecheira para o cuidado da criança é baseada primeiramente na sua experiência da maternidade ou do cuidado de irmãos menores. Ser paciente, carinhosa e educada são os atributos que considera necessários para o cuidado da criança. As demandas do contexto-creche extrapolam, no entanto, estes atributos e apontam para questões coletivas, institucionais, políticas.

Se, por um lado, a creche surge como uma alternativa extra-lar para o cuidado e socialização da criança em função da necessidade das mães trabalharem, por outro, ainda persistem alguns mitos em relação ao papel da mulher na educação dos filhos. Aqueles atributos levantados pelas crecheiras respondem a esses mitos, à imagem idealizada da mulher circunscrita ao contexto do ambiente privado da família.

A necessidade de novas referências que respondam aos desafios vividos no dia a dia da creche é manifestada com muita freqüência pelas crecheiras: "*nós cuidamos da criança até agora. E depois, será que ela vai conseguir ir para a escola ou vai virar pivete por aí?*"; "*Se fosse meu filho eu faria assim, mas como é filho dos outros...*".

Há uma tensão constante entre o individual e o coletivo, que se manifesta através das mães que reivindicam atenção especial para seu filho e através das crianças que também demandam uma atenção individual e atividades em grupo.

Existe uma preocupação em oferecer à criança cuidados básicos que lhe faltam em casa. No contexto da creche comunitária, a crecheira cumpre muito mais a função de babá. Exerce a função de guarda: aquela que toma conta, que vigia e que oferece alguns cuidados básicos na ausência da mãe. Ela substitue a mãe, quando essa falta, naquelas tarefas "naturais" de qualquer mulher que é mãe. Como essas práticas de cuidado da criança são consideradas socialmente como "naturais", onde a relação mãe/filho é vista do ponto de vista biológico, a dimensão educativa do trabalho na creche fica impedida de emergir.

Essa preocupação em oferecer à criança o que lhe falta em casa é uma constante, na medida que para as famílias usuárias e para as crecheiras, a creche não se justifica apenas como possibilidade de liberar a mãe para o trabalho: "*a creche é uma beleza. Eu não sei o que*

seria de mim sem ela, pois meus filhos estariam passando fome", é o que revela uma usuária.

As semelhanças entre as condições de funcionamento da creche e as condições de vida das famílias usuárias levam as crecheiras a estabelecerem comparações, o que reforça suas exigências com relação às mães: *"nós não temos água direito, como as mães. Isto nos acarreta muito trabalho e vemos que as mães não fazem a parte delas. Então, fica tudo para nós. As mães não cooperam em casa, às vezes as crianças voltam no dia seguinte do mesmo jeito que saíram da creche. Parece que as mães nem olham a criança"*. A mãe é, então, vista como faltosa, sendo que a precariedade com que a creche é gerida reforça mais este conceito.

As crecheiras se percebem necessárias devido à incapacidade atribuída à família pobre de cuidar da criança e assumem o papel de substituí-la sem serem remuneradas por este serviço. Estabelece-se uma relação de favor que exige como contrapartida pelo menos o reconhecimento verbal. Como isso nem sempre ocorre e, mesmo quando ocorre, não atende à expectativa, a família está sempre em débito com a crecheira e com a criança. E é do lugar do credor que a crecheira fala da família, da mãe.

Criança vai para a creche porque sofre o abandono da mãe. Tudo falta, pois sua família sofre privações: a creche assume aqui o lugar da compensação. O projeto da creche, aquilo que se oferece à criança está fundado, portanto, na falta, na carência da família.

A creche e o trabalho da crecheira não são justificados predominantemente pela criança, mas pela ausência da mãe. A creche aparece, aos olhos do preconceito, como o atestado da incapacidade da família e da mãe pobre de cuidar de seus filhos. Aqui a criança é olhada como vítima da mãe faltosa. Sendo assim, a creche tenta normatizar o cuidado da criança na família. Comumente as orientações diferem e, não raro, aparecem conflitos entre crecheiras e mães.

No entanto, a crecheira também é consciente de sua "impossibilidade" de ir além do mínimo que a família oferece à criança. "Antes disso do que nada" persiste como lema para o cuidado da criança no interior da creche. Discurso que possui pontos de encontro com aquele emanado pelos programas compensatórios do Estado.

A PRÁTICA EDUCATIVA

A creche comunitária, ao mesmo tempo que surge como resposta às necessidades da mãe trabalhadora, impõe-se no cenário social como forma alternativa para a socialização e a educação extra-lar da criança pequena.

Esta instituição vem forjando, num processo histórico (rompendo preconceitos), suas funções junto à criança, e em particular, àquela criança oriunda de famílias de baixa (ou baixíssima) renda. Neste contexto, a creche assume como função básica e estruturante a alimentação e os cuidados de higiene dessa criança. A garantia de uma alimentação adequada e a remuneração das crecheiras têm sido motivos de luta do movimento de creches comunitárias de Belo Horizonte.

No que toca às atividades educativas propriamente ditas, que visariam estimular e dirigir a criança (em função de sua faixa etária) para construir sua identidade e conhecer o mundo, a creche comunitária tem muito ainda a fazer. De um lado, há que se pensar na própria remuneração e capacitação do pessoal para assumir essa perspectiva educativa. Assim, o investimento sobre o pessoal (a crecheira) muito contribuiria para a criança e a família. De outro, faz-se necessário construir e revisar uma proposta pedagógica, seus conteúdos e metodologias, para o desenvolvimento do trabalho com a criança na creche. A experiência acumulada da crecheira é componente fundamental para a construção dessa proposta. Sua vivência com a criança articulada a todas as dificuldades (objetivas e subjetivas) para manter a creche funcionando desde a sua criação, contém uma riqueza incalculável de intuições, de "metodologias" desenvolvidas, de idéias para esse trabalho educativo.

O pressuposto de que o educativo na creche se constitui em oferecer condições à criança para que possa se desenvolver — situando-se no mundo, explorando-o e exercitando sua linguagem, construindo seu conhecimento acerca das relações com os adultos, com outras crianças, com o espaço físico, com o tempo, com os valores morais da sociedade etc. — leva-nos a considerar que o seu desenvolvimento não depende exclusivamente dos adultos.

Tal posicionamento nos aponta a necessidade de pensar a relação creche comunitária e criança de forma mais abrangente, pois é na creche que a criança passa a maior parte do seu tempo, é lá que vai aprender uma série de hábitos e normas que a torna paulatinamente independente dos adultos. Desta forma, para se entender o dia a dia da criança na creche, deve-se pressupor que o educativo está em cada função assumida pela instituição, e não somente concentrado nas "atividades pedagógicas", apontadas pelas crecheiras como educativas.

O educativo na creche passa pelo atendimento às necessidades da criança (a alimentação é estruturante no desenvolvimento da mesma), pela necessidade de escuta do seu choro, do seu pedido, da sua exigência, como também pelo contato corpo a corpo, pelo cheiro e afeto.

A experiência da creche comunitária coloca, portanto, a questão da integralidade no atendimento à criança pequena. Neste sentido, ouvir a criança, estruturar um espaço em que sua fala se tornasse possível, através do trabalho de intervenção direta sobre o grupo de crianças maiores, foi importante para que se percebesse o valor que essas mesmas atribuem à creche, como um lugar que existe para satisfazer suas necessidades mais imediatas e para convivência amigável com outros de sua idade. Esta intervenção possibilitou uma leitura da prática educativa na creche na perspectiva dos sujeitos que a vivenciam.

A questão do educativo na creche comunitária não é algo que se coloca de fora para dentro, fruto de preocupações intelectuais e acadêmicas, é algo que se estrutura como demanda das próprias crianças no seu convívio diário com a crecheira e seus companheiros, e das crecheiras na sua relação também com a família.

A criança vive a creche como um espaço para fazer amigos e brincar, além de ser alimentada e cuidada. Ficaria triste se tivesse que permanecer sozinha em casa quando a mãe vai trabalhar. "Prefere", portanto, a cre-

che. Para algumas a creche também é lugar de trabalho. A creche não existiria sem a criança, ao mesmo tempo, esta viveria pior sem a creche. Mas parece que gostaria de receber da crecheira algo mais que alimento e banho e formula demandas por rodas de conversa, desenho, pintura, dança, "brincar de aulinha", contar e ouvir estórias.

A crecheira, por sua vez, ocupa um lugar na estratégia de funcionamento da creche que a faz confrontar-se com uma série de contradições. Ela vai buscar sua experiência acumulada no exercício do trabalho doméstico e a traz para a creche. Mas creche não é família, e no âmbito do público, novos atributos são demandados pelo trabalho em grupo e pelas próprias crianças. Os atributos relativos ao trabalho doméstico são também redimensionados no coletivo da creche.

Na relação com a criança, a crecheira não é mãe, nem professora. Mas se sente substituída da mãe/usuária, na medida em que avalia a mãe como "faltosa" no cumprimento de sua missão com o filho. Por outro lado, a mãe a coloca neste lugar ao afirmar que: "realmente a coisa mais importante é o carinho que elas (crecheiras) dão para eles (filhos). Nós não temos tempo de dar carinho pra nossos filhos." A criança por sua vez, ao mesmo tempo que deseja uma atenção individual, formula demanda de grupo.

O poder público não contrata e nem remunera o trabalho da crecheira, mas exige que compareça a treinamentos, cursos, reuniões etc. Exerce um certo controle sobre esta, que é a funcionária "voluntária" de um projeto oficial, que integra a "política" governamental para creches. Embora trabalhe nesse esquema de voluntariado, os compromissos assumidos com a clientela e o poder público não permitem "escorregões". É um trabalho "voluntário" que acaba sendo compelida a realizar todos os dias.

A creche comunitária sobrevive da mesma forma improvisada que a sua clientela. A diferença está na possibilidade de se coletivizar um trabalho que tradicionalmente se inscreve numa instância privada: o círculo restrito da família.

A alimentação da criança assume função primordial na creche. As crecheiras se reúnem para oferecer o melhor possível às crianças e se sentem reforçadas com o apetite e os elogios das crianças nas refeições. É interessante notar que a creche se apresenta como alternativa no combate à fome e desnutrição infantil e assume de forma coletiva a própria transformação dos alimentos em refeições. Ao assumir, nestas condições, a função-alimentação, a creche coloca inevitavelmente a necessidade e a possibilidade de uma atenção integral à criança, o que programas de atenção individual às famílias no tocante à alimentação não colocam. Isto acontece na medida que as próprias crianças numa convivência diária passam a cobrar das crecheiras uma atenção que vai além da alimentação e higiene. Querem brincar de aulinha, de desenhar, querem cantar, fazer teatrinho, dançar etc.

A crecheira se vê confrontada com essas expectativas, sentindo muitas insatisfações em viver uma relação com a criança que é demarcada pelos limites da luta pela sobrevivência diária da creche, só oferecendo sistematicamente o alimento e o banho. Assim, ela está sempre procurando uma organização do trabalho e in-

formações que lhe possibilite responder às demandas da criança.

Em menor grau, algumas mães também expressam expectativas quanto aos recursos educativos que a creche pode oferecer a seus filhos, tomando como referência a necessidade de prepará-los para a futura escolarização.

Neste sentido, percebe-se que a proposição de atividades tidas (pelas crecheiras) como de cunho pedagógico estão intimamente vinculadas ao ritual pedagógico presente na escola ou na pré-escola tradicional: valorização da atividade pela atividade, exigências centradas na disciplina, no asseio, na capacidade da criança responder ao comando dos adultos e no desenvolvimento de habilidades motoras, principalmente para a criança a partir de três anos. Com as crianças menores o referencial para pensar o educativo está relacionado com sua independência em relação aos adultos. O controle do esfíncter, a auto-alimentação são objetivos a serem alcançados com esse grupo.

O educativo para a crecheira é, portanto, aprender a conviver no jogo dessas contradições, garantindo diariamente o atendimento e cumprindo uma rotina que inclui o enfrentamento de problemas diários e muitas vezes imprevistos. Essa situação coloca também como consequência a necessidade de seu engajamento no Movimento de Luta por Creches, o qual vem forjando uma atuação político/sindical, pelo reconhecimento profissional das crecheiras, no que se refere à questão salarial e à categoria de trabalho. Este Movimento politiza as insatisfações e reivindicações que são dirigidas aos órgãos públicos.

A função educativa da crecheira vem sendo forjada ao longo do tempo, a partir de sua experiência diária no cuidado da criança e na administração da creche comunitária. Sua identidade profissional se constrói nesse processo histórico, tendo como referência a demanda das crianças e famílias, as insatisfações que sente em não responder à altura estas demandas e sua experiência no Movimento de Luta por Creches.

A experiência vivida na creche comunitária somada às lutas por remuneração salarial empreendidas pelas crecheiras junto ao poder público constituem-se em forças presentes no processo de formação do perfil profissional dessa trabalhadora, abrindo espaço para valorização do seu trabalho na sociedade e para a conquista da creche como direito social de todos os trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMANN, S.B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1980.
- BERGERS, P.I. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- BERNSTEIN, B. Linguagem e classes sociais. In: *Democratização do ensino: meta ou mito*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.
- BRANDÃO, C.R. *Lutar com a palavra: escritos sobre o trabalho do educador*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982.
- _____. *Pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

- _____. O ardil da ordem. In: *O ardil da ordem: caminhos e armadilhas da educação popular*. Campinas, Papirus, 1983.
- _____. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- EVERS, T. et al. Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉS, J.A. *Cidade, Povo e Poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- FREIRE, P. et al. *Vivendo e aprendendo: experiências do IDAC em educação popular*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- GUATARRI, F. As creches e a iniciação. In: *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- LAVERDE, M.C. TORRES, M. Mujer y participacion social. In: *Que pasa Mujer?* (Documento especial). Bogotá, D.E. — Colômbia, 1981.
- LEMOS, A. et al. A política do bem-estar social no Brasil no contexto do desenvolvimento da década de 70. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 7: 5-34, dez., 1981.
- ROSEMBERG, F. Creches: assistencialismo comunitário. *Revista da ANDE*. São Paulo, 1(2): 53-6, 1981.
- SAMPAIO, P.A. *Construindo o poder popular: as seis condições de vitórias das reivindicações populares*. São Paulo, Edições Paulinas, 1982.
- SARRACENO, C. *Experiência y teoria de las comunas infantiles*. Barcelona. Ed. Fontanella, 1977.
- SNYDERS, G. *No es facil amar a los hijos*. Barcelona, Gedisa, 1981.
- THIOLLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo, Editora Polis, 1980.